

EDITORIAL

Vol. 12, Núm. 31, jan./abr., 2025

Com entusiasmo e senso de responsabilidade acadêmica, a **Revista Culturas Jurídicas (RCJ)** apresenta ao público leitor uma edição especial, com o **dossiê “Ambiente de todos, ambiente para todos: ativismo ambiental como parte da solução”**, fruto das pesquisas apresentadas no III Encontro Internacional em Democracia Ambiental, de 15 a 17 de outubro de 2024, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo. Resultado de uma fecunda parceria entre o Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IJ/UC), Portugal, e o Centro de Estudos em Democracia Ambiental da Universidade Federal de São Carlos (CEDA/UFSCar), o evento reafirmou o compromisso de pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as) com o fortalecimento de uma agenda crítica, plural e interdisciplinar em torno da democracia ambiental.

O tema desta terceira edição - “Ambiente de todos, ambiente para todos: ativismo ambiental como parte da solução” - revela a aposta dos(as) organizadores(as) em promover o engajamento coletivo na proteção ambiental, destacando a centralidade de atores tradicionalmente invisibilizados nas decisões políticas e jurídicas, como povos indígenas, comunidades tradicionais, periferias urbanas e movimentos populares. Realizado de forma presencial, o encontro consolidou-se como um espaço de escuta e troca interinstitucional, ampliado por sua transmissão ao vivo pelo canal do CEDA no *YouTube*, o que reforça seu caráter democrático e acessível.

Ao eleger o **ativismo ambiental** como eixo temático, o evento parte da premissa de que as soluções para a crise ecológica global não se limitarão às esferas técnicas e institucionais convencionais, mas exigem o reconhecimento e a valorização de formas plurais de saber, mobilização e resistência. O ativismo ambiental, entendido não apenas como militância organizada, mas como expressão múltipla de práticas cotidianas, insurgências culturais, espiritualidades ecológicas e disputas por justiça socioambiental, emerge como campo de produção de conhecimento, de crítica aos modelos extrativistas e de proposição de alternativas concretas ao colapso climático e civilizatório.

Nesse sentido, o ativismo não é apenas reação: é criação. Criação de novos horizontes normativos, de formas solidárias de viver e conviver, de experiências territoriais

que apontam para outro modo de relação entre sociedade e natureza. Nos últimos anos, diante da intensificação das crises climáticas, do racismo ambiental e da mercantilização dos bens comuns, movimentos de base e sujeitos coletivos vêm protagonizando ações concretas e inovadoras, articulando luta por direitos, denúncia de violações e construção de futuros possíveis.

Ao incorporar esse debate no centro da democracia ambiental, reafirma-se a necessidade de ampliar os marcos tradicionais do Direito, escutando epistemologias insurgentes e experiências que vêm das margens. O ativismo, nesse contexto, torna-se também ferramenta crítica do constitucionalismo, desafiando estruturas normativas excludentes e propondo uma reconfiguração da esfera pública em chave participativa, ecológica e interseccional. Trata-se de reconhecer que a efetivação de direitos ambientais exige não apenas normas, mas sujeitos políticos organizados e mobilizados - e, mais ainda, aberturas institucionais reais para que suas vozes sejam não apenas ouvidas, mas acolhidas.

Esta edição da RCJ, ao reunir parte dos frutos acadêmicos do III Encontro, inscreve-se nesse horizonte. Mais que um registro técnico, trata-se de um gesto político-editorial que busca visibilizar práticas de resistência e alternativas emancipatórias que vêm sendo cultivadas por intelectuais, ativistas e comunidades em todo o Brasil e além dele.

O **dossiê** veiculado nesta edição da RCJ contempla a publicação dos **oito artigos selecionados entre os trabalhos apresentados nos grupos de trabalho (GTs)** do evento, os quais compõem um mosaico de abordagens teóricas, metodológicas e políticas em torno dos desafios da justiça ambiental contemporânea. Os textos aqui reunidos não apenas refletem a qualidade e a diversidade dos debates promovidos durante o encontro, mas também propõem caminhos concretos para uma atuação jurídica e social mais sensível à complexidade socioambiental do nosso tempo.

Abrimos esta coletânea com o artigo **“Vozes do Ylê Axé de Yansã: enfrentando a injustiça ambiental e alimentar através do ativismo”**, de **Emmanuély Maria de Souza Fernandes** (Doutoranda em Ciências Ambientais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural), **Élvio Aparecido Motta** (Superintendente Federal do Desenvolvimento Agrário de São Paulo - SFDA-SP), **e Renata Sebastiani** (Doutora em Biodiversidade e Meio Ambiente pelo Instituto Botânica da Universidade de São Paulo - USP, docente do Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que mergulha na experiência etnográfica de uma comunidade de matriz africana engajada em práticas

agroecológicas e no enfrentamento ao racismo ambiental. O estudo revela como saberes ancestrais e espiritualidade se traduzem em formas cotidianas de resistência e proposição de justiça ecológica, conectando lutas locais a agendas globais, e evidenciando o ativismo como prática enraizada no território, na cultura e na ancestralidade.

Na sequência, **André Serotini** (Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - PPGPOL/UFSCar; Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCIAMB da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG) oferece uma reflexão abrangente em **“Uma abordagem holística da justiça ambiental e do acesso à justiça”**, integrando contribuições filosóficas, sociológicas e jurídicas para defender uma compreensão ampliada da justiça ambiental que ultrapasse os limites disciplinares. Ao propor uma articulação entre equidade, responsabilidade coletiva e participação pública, o autor contribui com uma leitura ativista do direito, voltada à transformação das estruturas jurídicas excludentes e à promoção de uma justiça ambiental acessível e democrática.

Em **“Os impactos das mudanças climáticas em países-ilha socioeconomicamente vulnerabilizados”**, **Bráulio Humberto da Silva** (Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade (PPGSUS) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), **Rodrigo Massao Kurita** (Mestrando no PPGSUS da EACH-USP) e **André Felipe Simões** (Prof. Dr. Associado 3 do PPGSUS) da EACH-USP) e **Marcelo Marini Pereira de Souza** (Professor Titular do PPGSUS da EACH-USP) trazem o microestado de Tuvalu como estudo de caso emblemático da crise climática global, discutindo o drama dos refugiados ambientais. A denúncia da omissão internacional frente à emergência climática e a proposta de redefinição do conceito de refúgio se inserem no campo do ativismo jurídico e institucional, que busca reformular categorias legais a partir das realidades emergentes do colapso ecológico.

A discussão sobre paradigmas jurídicos ganha profundidade no texto **“Utilitarismo, direitos da natureza e reconfiguração da legislação ambiental à luz da ética biocêntrica: a questão dos refugiados ambientais do microestado de Tuvalu”**, de **Gabriel Soares Malta Victal** (Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto - PPGDCC-UNAERP), **Lucas de Souza Lehfeld** (Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Barão de Mauá (graduação e

pós-graduação EAD) e **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini** (Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora do Programa de Pós-graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da UNAERP), que examina a experiência do Equador na incorporação dos direitos da natureza em sua Constituição. O deslocamento do antropocentrismo para uma ética ambiental biocêntrica é, em si, um ato político e ativista, que desafia os fundamentos do direito moderno e propõe uma nova arquitetura normativa centrada na proteção da vida em todas as suas formas.

No campo da crítica institucional e da participação cidadã, o artigo **“(I)legalidade no uso do mercúrio em garimpos: participação popular no Território Médio Juruá”**, de **Tassiane Garcia Peinado** (Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; Agente Ambiental Federal no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA), **Ozelito Possidonio de Amarante Junior** (Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP; Professor Titular do Departamento Acadêmico de Química - DAQ do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, cedido para o Instituto de Oceanografia da Universidade Federal de Rio Grande - FURG) e **Celso Maran de Oliveira** (Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo, Professor Associado 3 do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAm), evidencia os riscos ambientais da mineração ilegal com mercúrio e analisa os limites e potências da atuação comunitária frente à ineficiência estatal. O ativismo aqui se manifesta nas ações de base, nos processos de mobilização popular e na construção de estratégias locais de enfrentamento à degradação ambiental, sustentadas por instrumentos legais e pressão cidadã.

No artigo **“O papel do acompanhante de pacientes indígenas para a humanização do tratamento hospitalar”**, **Luana Gathi Ká Sebirop Rodrigues da Silva Gavião** (Formação técnica em Florestas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO), integrada ao ensino médio; graduada em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), **Douglas Aparecido Bueno** (Doutor em Filosofia pela PUC de São Paulo e em Gestion du Patrimoine Culturel pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne; Professor Adjunto II e Vice-Coordenador do Mestrado em Filosofia da UNIR; Professor visitante da Federiciana Università Popolare,, Professor Pesquisador da Southern Illinois University Carbondale, EUA) e **Carolina de Albuquerque** (Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana

Mackenzie, São Paulo, e em Ciências (Ambiente e Sociedade) pelo PPGI em Ecologia Aplicada (Esalq/CENA) da Universidade de São Paulo - USP; Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PGCA/UNIR) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Agronegócio e Sustentabilidade (PPGAgro) apresentam pesquisa que analisa “o compromisso das agremiações do Festival de Parintins com pautas socioambientais, bem como o potencial do evento como veículo de informação, resiliência e resistência”. Consideram o papel das toadas dos bois Caprichoso e Garantido “na mobilização da sociedade em torno de questões ambientais e indígenas, além das iniciativas de sustentabilidade promovidas pelas agremiações”.

No texto **“A abordagem de normas jurídicas ambientais no cenário do Festival Folclórico de Parintins”**, de **Dorinethe dos Santos Bentes** (Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM), **Fernanda Ferreira Gomes** (graduanda em Direito na UFAM) e **Giulia Parola** (Doutora em Direito pela *Université Paris V René Descartes*, França; e pela *Università degli Studi di Torino*, Itália; Professora na UFAM), o Direito Ambiental é analisado a partir das expressões culturais populares. Ao demonstrar como as toadas dos bois Caprichoso e Garantido funcionam como veículos de denúncia, resistência e educação ambiental, o estudo revela uma forma singular de ativismo que emerge da cultura popular, associando arte, tradição e reivindicação política em defesa das florestas e dos povos indígenas.

Encerrando este dossiê, com a coautoria de **Tatiana Vieira de Moraes** (Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de São Carlos (PPGCAM/UFSCar), **Alexandra Aragão** (Doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Professora titular na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC)) e **Celso Maran de Oliveira** (Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)), o artigo **“Participação pública no planejamento hídrico em Portugal: a revisão do PGRH Madeira 2022-2027”** investiga a efetividade dos mecanismos de consulta pública em processos de planejamento ambiental. A análise crítica da revisão do Plano de Gestão de Região Hidrográfica Madeira evidencia os limites da participação cidadã mesmo em

contextos normativos consolidados, reafirmando que o ativismo institucional, expresso na luta pela transparência e pela inclusão substantiva dos cidadãos nos processos decisórios, é fundamental para a construção de políticas ambientais legítimas.

Ao reunir essas vozes e perspectivas, esta edição da **Revista Culturas Jurídicas** reafirma seu compromisso com a promoção de um debate jurídico plural, situado e sensível às urgências do tempo presente. O que une os artigos aqui publicados não é apenas a análise crítica das múltiplas formas de injustiça socioambiental que marcam o Brasil, a América Latina e o mundo, mas sobretudo a centralidade do **ativismo ambiental** como força criativa e transformadora.

Seja nas práticas cotidianas das comunidades tradicionais, nas intervenções institucionais, nos saberes acadêmicos ou nas expressões culturais, o ativismo emerge como linguagem comum, como gesto de resistência e horizonte de reconstrução democrática. Ele permeia os textos como motor de reinvenção do Direito, como crítica ao *status quo* e como convocação à ação coletiva diante das múltiplas crises do nosso tempo.

Agradecemos às autoras e aos autores pela confiança e pelo rigor de suas contribuições, à equipe organizadora do III Encontro Internacional em Democracia Ambiental pelo empenho, generosidade e excelência, e à comunidade acadêmica que segue comprometida com a construção de uma cultura jurídica mais justa, plural, democrática e ecologicamente responsável.

Boa leitura!

Editoras convidadas:

Profa. Dra. Carolina de Albuquerque

(Universidade Federal de Rondônia - UNIR)

Profa. Dra. Giulia Parola

(Universidade Federal do Amazonas - AFAM)

Equipe permanente da RCJ:

Prof. Dr. Enzo Bello

(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Antara Morri

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Arthur Tavares Francioni Lopes

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Bianca Faria Ferreira

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Carlos Eduardo Famadas

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Letícia Carvalho Massacesi Soares

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Luísa Barreto de Albuquerque Ebrahim

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Lucas Vignoli de Moraes

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Mariana Letícia Rosa Brito

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Mark Clark Lopes de Moraes

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Michelle Pereira Malaquias

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Rafael Ferreira de Albuquerque Costa

(Editor-Assistente da RCJ)